

Fotografia/Agência Brasil



Efeito Deltan

A cassação do mandato do deputado Deltan Dallagnol (Podemos-PR) deixou atônitos até mesmo críticos da Operação Lava-Jato. Pouca gente esperava uma punição tão contundente ao ex-coordenador da Operação Lava-Jato. Essa e outras decisões do CNMP mostram

que quem participou das investigações está na berlinda e deve temer enfrentar questionamentos judiciais. Deixou integrantes do Ministério Público cautelosos sobre como agir em investigações sensíveis e políticos convictos de que as coisas mudaram no país no combate à corrupção.

Dificuldade

Um recurso de Deltan Dallagnol ao Supremo Tribunal Federal (STF) tem pouca chance de prosperar, depois da votação unânime no TSE e pelo clima na corte, crítica em relação à Lava-Jato.

Produtores rurais reclamam da demora no licenciamento ambiental

O presidente do Instituto Brasília Ambiental, Rôney Nemer, tem percorrido as áreas rurais do Distrito Federal, ao lado do presidente da Emater-DF, Cleisson Durval, ouvindo os produtores rurais sobre as necessidades, buscando uma melhor interação e discutindo como desenvolver e estimular o agronegócio de forma sustentável. As principais reclamações são a demora para emissão das licenças ambientais e os valores cobrados em comparação aos estados vizinhos Goiás e Minas Gerais. Rôney pediu aos técnicos do Ibram estudos, para encontrar soluções.

Renan Lisboa/Agência CLDF



Em repouso médico

Depois de uma cirurgia para tratar uma endometriose, a deputada Dayse Amarillo (PSB) está em casa de repouso absoluto. Com dores, a distrital ficará de licença médica nesta semana. Mas amanhã, mesmo que precise se locomover em cadeira de rodas, Dayse vai participar do evento Enfermagem Multiverso, que ocorrerá no auditório da Câmara Legislativa com a presença do enfermeiro e ex-BBB Cezar Black e da técnica de enfermagem e humorista Camila Cardoso, em razão das comemorações da Semana Brasileira de Enfermagem.

Inspirados em JK

Na festa do PSD, o vice-presidente Geraldo Alckmin disse que decidiu entrar na política influenciado pela história de JK. O ex-presidente — que como Alckmin, também era médico — morreu em 1976, na Via Dutra, quando Alckmin era vereador em Pindamonhangaba. O município de São Paulo fica a 130 km do local onde JK sofreu o acidente de carro que lhe tirou a vida. Alckmin disse a Anna Christina que a história o impressionou muito. No ano seguinte, Alckmin assumiu a prefeitura de sua cidade natal.

Telmo Ximenes/Divulgação



Pronto para a disputa

Bisneto de JK, André Kubitschek é a grande aposta da família para a política. Ele foi candidato em 2022, não se elegeu deputado federal, mas segue no projeto. No jantar dos líderes do PSD, o filho caçula de Paulo Octávio e Anna Christina Kubitschek fez um discurso e foi muito elogiado, especialmente pelo presidente nacional do partido, Gilberto Kassab.

Pelo PSD

Presente no jantar oferecido pelo casal Paulo Octávio e Anna Christina Kubitschek aos líderes nacionais do PSD, o governador Ibaneis Rocha (MDB) recebeu um convite do líder do governo na Câmara Legislativa, Róberio Negreiros (PSD): "Ibaneis, candidato ao Senado em 2026 pelo PSD".

Minervino Júnior/CB



A fila anda

A notícia da cassação do mandato de Deltan Dallagnol chegou no jantar do PSD e virou comentário em muitas rodas. A avaliação geral foi de que mais coisa vem por aí contra a Lava-Jato e que o senador Sérgio Moro (União-PR) é o próximo.

Leila detalha Lei Geral do Esporte

A senadora Leila Barros (PDT-DF) detalhará hoje em entrevista coletiva os impactos da Lei Geral do Esporte (LGE), aprovada pelo Congresso Nacional e encaminhada para sanção presidencial. A norma é considerada um divisor de águas no esporte brasileiro. Ela consolida em uma única legislação todas as regulamentações referentes às práticas esportivas no Brasil. Leila foi a relatora do projeto no Senado Federal.

Presidentes de todos os TREs se reúnem em Brasília

Brasília será palco do 81º Encontro do Colégio de presidentes dos Tribunais Regionais Eleitorais (Coptrel). O evento, que tem o presidente do TRE-DF Roberval Belinati como anfitrião, reúne autoridades de todo o país e contará com palestra de abertura nesta manhã do presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Alexandre de Moraes. A programação inclui um jantar na residência oficial do governador Ibaneis Rocha (MDB).

PMDF vai dar medalha para interventor da segurança

Interventor da segurança pública do DF depois do 8 de janeiro, o secretário executivo do Ministério da Justiça e Segurança Pública Ricardo Cappelli será condecorado com a mais alta comenda da Polícia Militar do DF. O governador Ibaneis Rocha aprovou a indicação da corporação e Cappelli vai receber na próxima semana a Medalha Tiradentes.

"É com muita tristeza que recebo a informação da cassação do mandato de deputado federal do @deltanmd. Estou estupefocado por ver fora do parlamento uma voz honesta na política que sempre esteve em busca de melhorias para o povo brasileiro. Perde a política. Minha solidariedade aos eleitores do Paraná e aos cidadãos do Brasil".

Senador Sérgio Moro
(União-PR)

SÓ PAPOS



"Quer fazer política? Não trapaceie, não vire um fariseu, não use a toga, não use de maneira criminosas as prerrogativas da sua função. Tenha a coragem de @flaviudinno que largou uma carreira de sucesso na magistratura no auge para disputar um mandato eletivo. 'A bola pune'".

Ricardo Cappelli, secretário-executivo do Ministério da Justiça e Segurança Pública

Acompanhe a cobertura da política local com @anacampos_cb

ARCABOUÇO FISCAL / Parlamentares de Brasília estiveram com o relator do projeto que altera a regra para gastos públicos com a preocupação de que haja redução dos repasses federais para saúde, segurança e educação da capital do país

Áreas prioritárias do DF ameaçadas

» ANA MARIA CAMPOS

Seis dos oito deputados federais da bancada do Distrito Federal votaram a favor do requerimento para tramitação do arcabouço fiscal em regime de urgência. Mas ainda há no texto que caminha para aprovação no Congresso um artigo, incluído pelo relator, deputado Cláudio Cajado (PP-BA), que traz prejuízo para a gestão das áreas de segurança, saúde e educação do Distrito Federal.

O projeto que cria novas regras para as contas públicas, uma prioridade da área econômica do governo Lula, defendido pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, deve ser votado na próxima semana. No primeiro teste ontem, o governo aprovou com folga. Foram 367 votos a favor da urgência e 102 contrários à remessa da proposta diretamente para o plenário, dispensando apreciação nas comissões temáticas.

Fundo Constitucional

O relator do arcabouço fiscal, Cláudio Cajado, apresentou

Como votou a bancada

SIM

Rafael Prudente (MDB)
Erika Kokay (PT)
Prof. Reginaldo Veras (PV)
Fred Linhares (Republicanos)
Gilvan Maximo (Republicanos)
Paulo Fernando (Republicanos)

NÃO

Alberto Fraga (PL)
Bia Kicis (PL)

uma proposta que vai reduzir os recursos do Fundo Constitucional do DF, como mostrou ontem a coluna *Eixo Capital*. A mudança prevê que o valor do Fundo Constitucional do DF passa a ser fixado anualmente por projeto de lei complementar a ser encaminhado ao Congresso Nacional pelo Executivo no limite da despesa primária. Se aprovada, a medida vale a partir de 2024 para aplicar em 2025.

Haverá uma estagnação nos valores do Fundo destinados a Segurança, Saúde e Educação. Hoje a lei estabelece que

o repasse para custeio da segurança pública do DF e de parte da saúde e educação é calculado com base na variação da receita corrente líquida da União, no período de um ano até junho do exercício anterior. "Em quatro ou cinco anos, o Distrito Federal estará inviabilizado", acredita o presidente da Câmara Legislativa, Wellington Luiz (MDB).

Para tentar contornar o problema, Wellington organizou uma frente de parlamentares para uma reunião na manhã de ontem com Cláudio Cajado, na Comissão Mista de Orçamento (CMO), no Congresso. Estavam presentes vários distritais e deputados federais, além da vice-governadora Celina Leão (PP), que é do partido de Cajado.

Os deputados apresentaram argumentos sobre a dependência do Distrito Federal em relação a esses recursos inclusive para manter o funcionamento da capital federal, que é sede dos três poderes e das representações diplomáticas. Cajado disse que antes de retirar o artigo que trata do cálculo do Fundo

Divulgação/Gab. dep. Wellington Luiz



Bancada do DF apresentou argumentos sobre a necessidade dos recursos para Brasília

Constitucional precisa ouvir líderes dos partidos.

Wellington diz que ainda há uma carta na manga, caso o dispositivo vire lei. É que, na avaliação do presidente da Câmara, a mudança exigiria lei específica e não poderia ser aprovada por meio de projeto de lei complementar. Então, a ideia é acionar a Justiça com uma ação direta de inconstitucionalidade, se o texto for aprovado e sancionado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Forças de segurança

Por conta dessa preocupação, surgiram ontem rumores de que o arcabouço fiscal atrapalhe a recomposição dos salários dos servidores das forças de segurança do Distrito Federal. Mas o reajuste de 18% das Polícias Civil, Militar e do Corpo de Bombeiros não depende dessa legislação.

Os sindicatos que representam a Polícia Civil aguardam o

envio do PLN que vai incluir no orçamento de 2023 o reajuste e, em seguida, a Medida Provisória que autoriza o benefício. Na reunião de ontem com o relator do arcabouço fiscal, a deputada federal Erika Kokay disse que conversaria com o líder do governo no Congresso, senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP), avalista de um acordo que garante a recomposição até o fim de maio, para pedir empenho nessa questão.